Orçamento: Benevides exige explicações hoje

05 MAI 1992

BRASÍLIA — O presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE), deu prazo até o final da tarde de hoje para que o ministro da Ação Social, Ricardo Fiúza (ex-relator geral da Comissão de Orçamento) e o senador Ronaldo Aragão (ex-presidente da Comissão) expliquem as alterações feitas no texto do Orçamento, depois de ter sido votada a redação final, conforme reportagem do GLOBO publicada na quarta-feira passada. Antes de tomar qualquer decisão, Benevides quer ouvir aqueles que considera os principais responsáveis pelo texto final do Orçamento: Fiúza e Aragão.

Enquanto Benevides espera as explicações dos dois, os deputados do PT Jacques Wagner (BA) e José Cicote (SP) apresentarão hoje à Mesa Diretora da Câmara um projeto de decreto legislativo que susta os efeitos das emendas incluídas depois da aprovação do texto final. O decreto visa ao restabelecimento do texto que foi votado por deputados e senadores no plenário do Congresso no dia 19 de dezembro.

Os deputados consideram que as emendas incluídas apresentam um "defeito grave de nulidade": não foram aprovadas pelo Congresso Nacional. Além do projeto de decreto legislativo, Jacques Wagner entrou com representação na Procuradoria Geral da República, solicitando abertura de inquérito criminal contra o ex-relator geral do orçamento. Wagner é ainda autor do requerimento para a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as irregularidades da Comissão de Orçamento.

O pedido do parlamentar existe desde a época em que foram divulgadas pelo GLOBO as irregularidades cometidas pelo deputado João Alves (sem partido-BA), que o levaram a ser afastado do cargo de relator geral do Orçamento e substituído por Fiúza. Alves foi acusado por intermediar verbas para municípios da sua base eleitoral, na Bahia.

A CPI teve sua instalação autorizada há mais de um mês, mas aguarda que o PFL e o PMDB indiquem seus integrantes. É justamente nesses dois partidos que estão os chamados "sete anões" da comissão: deputados acusados de manipular o Orçamento.

Antes de uma decisão, Benevides quer ouvir o ex-relator do Orçamento